

UM POETA NOSSO: A LUTA POR *Os Lusíadas* APÓS A MORTE DE CAMÕES¹

A POET OF OUR OWN: THE STRUGGLE FOR Os Lusíadas IN THE AFTERLIFE OF CAMÕES

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v15i29p108-136>

Miguel Martínez ¹

RESUMO

Ao estudar algumas das primeiras traduções para o inglês e para o espanhol de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, este artigo explora a luta política e cultural pelo significado e propriedade da épica portuguesa no início da Modernidade europeia. Pouco depois da morte do poeta, duas versões castelhanas do poema foram publicadas em 1580, o mesmo ano da anexação de Portugal e seus territórios além-mar por Felipe II à sua nova monarquia global. Em 1655, alguns anos após a revolta portuguesa contra o domínio espanhol, o poeta monarquista Richard Fanshawe publicou a primeira tradução inglesa de *Os Lusíadas* em um cenário de cada vez mais políticas intervencionistas do Protetorado Britânico com relação ao conflito nacional e imperial entre os reinos ibéricos. Ao permitir a produção, redistribuição e novo consumo de capital literário, a tradução torna-se uma prática textual especificamente imperial que faz parte da competição internacional por hegemonia política e cultural. Este artigo, portanto, busca fornecer a base para a geopolítica da luta cultural imperial em torno de *Os Lusíadas* no início da Modernidade europeia.

PALAVRAS-CHAVE

Camões; *Os Lusíadas*; Apropriação; Tradução.

ABSTRACT

By studying some early Spanish and English translations of Luís de Camões' *Os Lusíadas*, this essay explores the cultural and political struggle over the meaning and ownership of the Portuguese epic in early modern Europe. Shortly after the poet's death, two Castilian versions of the poem were published in 1580, the very same year of Philip II's annexation of Portugal and its overseas territories to his newly global monarchy. In 1655, some years after the Portuguese uprising against Spanish rule, the Royalist poet Richard Fanshawe published the first English translation of *Os Lusíadas* against the backdrop of the increasingly interventionist policies of the British Protectorate regarding the national and imperial conflict between the Iberian kingdoms. By allowing the production, redistribution, and new consumptions of literary capital, translation becomes a specifically imperial textual practice that participates in the international competition for cultural and political hegemony. This article, therefore, seeks to provide the grounds for a geopolitics of imperial cultural struggle around *Os Lusíadas* in early modern Europe.

KEYWORDS

Camões; *The Lusiads*; Appropriation; Translation.

¹ Tradução do artigo: MARTÍNEZ, Miguel. "A Poet of Our Own: The Struggle for *Os Lusíadas* in the Afterlife of Camões". *Journal for Early Modern Cultural Studies*, v. 10, n. 1, 2010, p. 71-94.

¹ Universidade de Chicago, Chicago, Illinois, Estados Unidos da América.

historicamente concretos de significado. Desta forma, examinaremos como essas traduções foram apresentadas e como a produção material, os espaços sociais de circulação e os julgamentos iniciais a seu respeito operaram para facilitar diferentes apropriações de *Os Lusíadas*. A tradução pode ser compreendida como uma prática que permite a produção, redistribuição e novos consumos do capital literário acumulado por trabalhos anteriores. Nos momentos de intenso conflito político e disputa cultural na Europa que estudamos aqui, a tradução torna-se uma prática cultural especificamente imperial, tomando parte na competição por hegemonia cultural e supremacia política. Nossa análise buscará fornecer a base para a geopolítica da luta cultural imperial em torno de *Os Lusíadas* no início da Modernidade europeia².

1.

Em 1578, o rei D. Sebastião de Portugal morreu na batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, sem deixar um herdeiro direto ao trono português. A crise dinástica que se seguiu ao desastre deu origem a uma intensa disputa legal, diplomática, teológica e militar entre candidatos da realeza que aspiravam usar a coroa portuguesa. A vitória final de Felipe de Espanha contra seus rivais levou à união dos dois reinos peninsulares e seus territórios além-mar, o que fez surgir um império global de dimensões sem precedentes³.

Após ser coroado nas Cortes de Tomar, Felipe de Espanha chegou a Lisboa em junho de 1581 para ser aclamado como novo rei de Portugal.

² A concepção de apropriação abordada em nossa análise segue a formulação de Chartier (*A histórica cultural: entre práticas e representações*. Alges: Difel, 2002, p. 26): “Podemos reformular a noção de apropriação e colocá-la no centro da abordagem histórica cultural que foca em práticas diferenciadas e costumes contrastados. Esta reformulação [...] acentua costumes plurais e leituras diversas que não são o objetivo e nem estão inscritas no texto [...] apropriação na verdade diz respeito à história social de várias interpretações, devolvidas às suas determinações fundamentais (que podem ser sociais, institucionais e culturais) e fixadas nas práticas específicas que as produzem”. Para uma consideração padrão do conceito gramsciano de hegemonia, como empregado neste artigo, ver Williams (1997, p. 108-114). Para uma elaboração comparatista da economia sociocultural de bens simbólicos que está por trás do nosso uso dos conceitos como capital literário e simbólico, ver Casanova (2004).

³ Para impor seus direitos dinásticos, o rei da Espanha desenvolveu uma impressionante estratégia diplomática, política e jurídica, voltada para legitimar a anexação de Portugal à monarquia espanhola (BOUZA, 1998, p. 39-60). Em 1581, após uma campanha militar bem-sucedida, o monarca espanhol fez seu juramento em Tomar como Felipe I de Portugal, garantindo a autonomia jurídica e política do reino, bem como o respeito às suas instituições, leis e costumes. Os estudos históricos mais detalhados sobre a sucessão portuguesa são Bouza (1987) e Margaça Veiga.

Assim que ele pisou nas ruas da metrópole portuguesa, perguntou ansiosamente pelo “grande gênio português” Luís de Camões, que havia morrido na mesma cidade um ano antes. A história é contada em 1639, cerca de sessenta anos depois, em *Lusíadas comentadas* de Manuel de Faria e Sousa, que dedicou seu comentário sobre a épica ao neto de Felipe II, Felipe IV.

Sábese que el señor rey Felipe II, en lo fuerte de la gran negociación del sosiego de Portugal, entrado en Lisboa, halló menos (con pesar no pequeño) este gran ingenio cuando preguntó por él, para que así como esta Monarquía en virtud de tal espíritu vía resucitado en sí a Virgilio, apareciese en gloria de tan alto Príncipe. El Cesáreo Otaviano Augusto, que desde Cantabria, adonde se hallaba lidiando con el peso de su imperio y de sus armas, se escribía con su poeta en Nápoles; y a falta de su presencia, le pedía sus escritos. Real elogio por cierto de Luis de Camões, que un Monarca, que en la boca universal de la Fama gloriosa mereció el renombre de Prudente, estando en el manejo del mayor cuidado que le trujo de sus Cetros, se acordasse dél para mostrar que desseaba verle; y que sentía no poderle ver, porque ya de pocos días había pasado a la segunda vida (FARIA E SOUSA 1639, fol. 3r-v)⁴

O relato de Faria e Sousa incontestavelmente associa o desejo do monarca de conhecer Camões ao objetivo político de sua viagem a Portugal. A analogia convencional entre o império espanhol e o seu antecedente romano é posta em termos muito específicos: enquanto lutava na Cantábria pela expansão de seus domínios, Otávio Augusto manteve correspondência com o grande poeta do império, Virgílio. De maneira similar, Felipe II pergunta por Camões ao marchar vitoriosamente para Lisboa, após ter “herdado, comprado e conquistado” — como ele teria supostamente dito — o reino de Portugal. Além disso, Faria e Sousa sugere que seu admirado Camões seja, na verdade, uma nova reencarnação de Virgílio, o “espírito ressurreto” do poeta imperial por excelência, agora invocado para cantar a glória do império nascente. Em 1581, Felipe I de

⁴ Apesar de haver bons motivos para duvidar da precisão do registro de Faria e Sousa para embelezar a anedota com a qual estava elogiando seu amado poeta, há evidências históricas da concessão de Felipe de uma pequena pensão à mãe de Camões após a morte do poeta (ASENSIO; MARTINS, 1982, p. 48). O mecenato de Felipe a poetas portugueses deve ter feito parte de uma estratégia geral para com prazer às elites culturais locais.

Góngora, estudante de Salamanca à época, destaca-se dentre os diversos textos preliminares que antecederam a interpretação de Tapia, muitos deles em latim. O prólogo está assinado por ninguém menos que Francisco Sánchez de las Brozas, El Brocense, catedrático de retórica na mesma universidade, que havia sido criado e educado em Portugal. A dedicatória de Gómez de Tapia destina-se a Ascanio Colonna, um representante ilustre de uma das casas nobres mais poderosas da Itália, colaboradores leais do Imperador Carlos e seu filho Felipe durante o século XVI.

A apresentação textual e material do volume por Gómez de Tapia é uma intervenção essencial na luta pelo significado de *Os Lusíadas*. O livro espanhol inclui um “Catálogo dos reis portugueses, desde o primeiro Conde D. Enrique, quando a maior parte de Portugal é submetida à Majestade do rei Felipe, nosso Senhor” (GÓMEZ DE TAPIA, 1580, fol. 5v). Vanda Anastácio (2004, p. 165–166) notou corretamente como as estratégias genealógicas deste catálogo, cujas últimas linhas aludem explicitamente ao atual problema da sucessão ao trono português⁷, lembram os argumentos jurídicos mais amplos operados nos discursos legitimadores de Felipe. Além disso, o catálogo torna-se um apêndice das narrativas genealógicas da própria épica histórica camoniana⁸. A história heroica da nação portuguesa contada em *Os Lusíadas* é levada, desta maneira, a culminar na monarquia imperial de Felipe II, a quem Gómez de Tapia inapropriada e ousadamente refere como “Rei de Espanha”, isto é, rei da antiga Hispânia Romana, recentemente restaurada à sua integridade pela união peninsular.

Esta inclusão da história portuguesa em uma narrativa política mais ampla de um império hispânico é desenvolvida com mais profundidade pelos textos preliminares de Gómez de Tapia. Em um dos textos elogiosos inseridos neste volume, Alonso de Peralta reencena esta apropriação particular do poema de Camões, ressitua-o em um novo sistema político e cultural, a Espanha “recuperada”, unificada, que estava nascendo naquele exato momento.

⁷ A última linha deste catálogo diz o seguinte: “Sucedeu a Dom Henrique no ano de oitenta [1580] Sua Sacra Majestade o Rei Dom Felipe II de Espanha: tanto por ser reino saído da mesma coroa, como por ser neto do Sereníssimo Rei Dom Manuel, pai de Dom Henrique, que morreu sem herdeiros”.

⁸ O rei de Melinde pediu que Vasco da Gama lhe contasse a “*genealogia* de sua nobre nação” [“*noble Nation’s genealogie*”] — que é como Fanshawe (CAMÕES, 1963, p. 46) traduziu o “De minha gente a grão genealogia” (CAMÕES, 2000, p. 59) de Camões —, resultando no relato histórico e genealógico de três cantos do capitão sobre os feitos e reis portugueses.

Hoje descobres para o mundo mina estranha Oy descubrás al mundo mina estraña
De doce história e verso castelhano De dulce historia y verso Castellano
Com que o trabalho alheio foi [feito] vosso; Con que el trabajo ageno vuestro ha sido;
 E recobra por vós o nome Espanha *Y recobra por vos el nombre España*
Que Itália teve com seu Mantuano Que Italia tuuo con su Mantuano
E que seu Homero Grécia teve. Y con su Homero Grecia lo ha tenido.
(GÓMEZ DE TAPIA, 1580, fol. 3v, grifo nosso)⁹

A tradução do poema épico português incorpora-o ao serviço de uma nova realidade imperial da monarquia espanhola a partir do início da sua existência. Faria e Sousa parece estar certo em sua interpretação posterior do desejo de Felipe de conhecer o autor de *Os Lusíadas*: no clímax expansionista de 1580, esses autores espanhóis leram Camões como um novo Virgílio do império espanhol do novo Augusto.

A Espanha unificada mapeada por esses autores é acompanhada por outras estratégias discursivas significativas nos paratextos desta tradução. A edição de Tapia foi a primeira tentativa aberta de canonizar o poema de Camões. Pela primeira vez e logo em 1580, *Os Lusíadas* contou com um conjunto de notas finais acadêmicas e foi publicado na Universidade de Salamanca, sancionado pela inquestionável autoridade retórica de El Brocense. Esta institucionalização acadêmica, entretanto, acaba não trazendo o texto original de Camões, em português, mas uma tradução castelhana. Camões poderia ter sido o novo Virgílio da monarquia espanhola em português, assim como *Os Lusíadas* poderia ter sido republicado em Alcalá, Salamanca ou Madri, patrocinado pela Coroa, anotado, comentado ou prefaciado por humanistas portugueses ou castelhanos. De fato, os arranjos constitucionais do Estatuto de Tomar garantiram a independência política e jurídica de Portugal, bem como sua autonomia cultural no tocante a aspectos como protocolos cortesãos ou o emprego da língua portuguesa em todos os níveis de administração e interlocução com Madri (BOUZA, 1998, p. 121-133; CARDIM, 2002). A despeito do particularismo formal de Tomar, a agregação de Portugal ao composto espanhol dá origem a uma profunda reconfiguração tanto de práticas linguísticas quanto culturais e dos valores associados a essas práticas em português e espanhol. O prólogo de El Brocense alude a essa

⁹ N.T.: Para as citações de fortuna crítica deste artigo, procuramos os textos traduzidos ao português, que serão indicados, quando pertinente. Quando indisponíveis ou inacessíveis, optamos por uma tradução nossa.

reconfiguração quando ele escreve acerca das implicações da tradução da épica portuguesa para o espanhol.

Tal tesoro como este no era razon que en sola su lengua se leyese, y ansi con mucha razon se deuen dar gracias a quien ha querido tomar trabajo de communicarlo a su lengua Castellana, y por consiguiente a la misma Portuguesa, a toda Italia, y a las demas naciones, que son muchas, que de la lengua Castellana se precian (GÓMEZ DE TAPIA 1580, fol. 5r).

A geografia linguística da língua espanhola desenhada por El Brocense parcialmente reflete algumas práticas sociais e literárias do momento, ao mesmo tempo em que reavalia e modifica essas práticas. O poema é comunicado aos territórios europeus do império, mas também é devolvido a Portugal com a tradução espanhola. A tradução atesta a relação assimétrica que existe entre as duas línguas peninsulares ao longo do século XVI, ao passo em que contribui para garantir a hegemonia do castelhano¹⁰. Além disso, em uma passagem anterior do mesmo prólogo, Sánchez de Las Brozas colocaria em questão até mesmo a aptidão do português para a poesia, ao passo que “a língua natural de Camões parece ser incompatível com a perfeição do verso” (GÓMEZ DE TAPIA, 1580, fol. 5r). O poema de Camões, de acordo com El Brocense, requer apenas uma dimensão imperial real ao ser traduzido para o espanhol, uma dimensão que lhe é implicitamente negada no original português.

Quando a terceira tradução espanhola de *Os Lusíadas* foi publicada, em 1591, uma vez que a anexação de Portugal já fora consolidada, a apropriação efetuada pelas versões de Caldera e Gómez de Tapia parece ter sido bem-sucedida. Henrique Garcés, um mercador e empresário português na área de mineração que vivia no Peru, publicou em Madri *Los Lusíadas de Luís de Camões, traducidos de Portugués en castellano*, que ele dedicou a “Felipe, primeiro monarca das Espanhas [Las Españas] e das Índias Orientais e Ocidentais”¹¹. De acordo com Garcés, que parece ter

¹⁰ Apesar da literatura portuguesa ser bastante conhecida e apreciada pelos autores castelhanos dos séculos XVI e XVII (ASENSIO; MARTINS, 1982; MARCOS DE DIOS, 1981), não devemos esquecer que quase não há autores espanhóis escrevendo em português, ao passo que a maior parte dos autores portugueses deste período escreveu alguns textos em espanhol (VÁSQUEZ CUESTA, 1981).

¹¹ Ao chegar em Madri, em 1590, Garcés (1591, v. 3) fez um pedido ousado de *mercedes* — mercês — ao monarca, enfatizando “o aumento que à tua Real coroa / é por minha indústria acumulado” [“el aumento que a tu Real corona / Es por industria mia acumulado”]. Garcés está certamente se

à luz do contexto político internacional, somos capazes de revelar diversas similaridades entre a política de tradução de Fanshawe e a agenda imperial e comercial da Comunidade da Inglaterra.

The Lusiad foi escrito em um momento de intensa negociação política entre o Protetorado de Cromwell e a nova dinastia reinante Bragança em Portugal — em guerra com Madri —, resultando no tratado crucial de 1654 entre as duas nações (HILL, 1980, p. 134-135; VALLADARES, 1998, p. 113-148)¹⁶. Este tratado ratificou e estendeu o acordo assinado em 1642, quando uma embaixada portuguesa do recém-coroadado D. João IV obteve o reconhecimento inglês sobre a independência portuguesa de Madri — o primeiro país europeu a fazê-lo — em troca de generosas concessões comerciais e religiosas aos ingleses. O tratado de 1654 efetivamente abriu os mercados metropolitano e coloniais portugueses, bem como as rotas comerciais, aos mercadores e produtos ingleses. O tratado seria eventualmente visto como um *diktat* contra o “ímpotente rei D. João IV [...] o mais pernicioso já feito com uma cabeça coroada” (BOXER, 1969, p. 335)¹⁷.

A expansão inglesa do período, assim como o florescimento do seu comércio, estava intimamente relacionada à assinatura deste tratado. Foi a força internacional inglesa após 1654 — também derivada da paz favorável com os Países Baixos — que motivou Cromwell em seu *Western Design* de expansão imperial no Caribe às custas da Espanha (HILL, 1980, p. 98; VALLADARES, 1998, p. 142-149). Em um período de hegemonias invertidas e equilíbrio político instável, a profunda reconfiguração de poder imperial que este novo panorama internacional desenha foi acompanhada por uma luta pela autoridade cultural em que o *Lusiad* de Fanshawe participou.

Em dezembro de 1653, enquanto trabalhava em *The Lusiad* em Tankersley, Fanshawe escreveu uma carta ao seu primo John Evelyn que

¹⁶ A reclamação de Fanshawe de que seu o *Lusiad* foi “apenas mal impresso, já que houve ocasiões em que não pude estar presente para supervisionar a prensa” (*apud* BULLOUGH, 1963, p. 27) provavelmente levou o correspondente do editor de Fanshawe em 1701, Abel Roper, a dizer que alguns de seus manuscritos “foram impressos e publicados sem o seu consentimento ou conhecimento”. A ideia de uma edição pirateada já havia sido discutida por Bullough. Sugerimos que a oportunidade de explorar o valor comercial imediato de *The Lusiad*, ao lidar com uma questão financeira urgente, talvez forneça uma melhor explicação para a pressa da impressão de Moseley.

¹⁷ O tratado foi assim interpretado pelo Marquês de Abrantes em 1726. O estudo de Sideri (1970, p. 22) da relação anglo-portuguesa de “colonialismo informal” descreve a situação originada por esses tratados como uma “vassalagem comercial”. Para uma descrição detalhada desses tratados, ver Prestage (1971).

seria eventualmente incluída como um prefácio ao *Essay on the First Book of T. Lucretius Carus De rerum natura* (1656) de Evelyn. Esta carta ajuda a elucidar a maneira como Fanshawe concebe a prática de tradução neste momento específico. Ele estabelece uma comparação entre a vernacularização de Lucrécio por Evelyn e a latinização do *Shepherds Calendar* de Spencer por Theodore Bathurst, também publicada em 1653. Ao destacar a contribuição de Bathurst ao *Commonwealth of Learning* (FANSHAWE, 1997a, p. 334), a república das letras mundial, Fanshawe parece adotar uma postura tradicional universalista em relação ao humanismo europeu, em que o latim é a moeda do intercâmbio intelectual internacional. E, ao elogiar a versão inglesa de Evelyn do “latim robusto” de Lucrécio como uma melhora do original, ele simplesmente reproduz um *topos* bastante conhecido da retórica panegírica da tradução¹⁸. Contudo, Fanshawe vai além desses tropos convencionais quando discute a tradução através de um vocabulário específico retirado da linguagem econômica do comércio internacional: “E, se o sr. Bathurst, através daquele produto exportado, traz mais honra à Inglaterra: Tu, através deste importado, vai enriquecê-lo em casa: fazer nossa renda proporcional às nossas despesas” (*apud* EVELYN, 1656, p. 9)¹⁹.

Essa ideia de tradução adquire particular pungência ao lermos a carta com relação à lógica mercantilista que governou a política estrangeira da Inglaterra durante esses anos, principalmente depois que o tratado

¹⁸ As “características suavizadas” das traduções inglesas contemporâneas foram discutidas por Venuti (1993, p. 211) no caso de *The Destruction of Troy* de Denham. Venuti considera a concepção de Denham de fluência e transparência uma estratégia discursiva para produzir a ilusão de que o autor original na verdade escreveu na língua-alvo, com o objetivo de domesticar e apagar em definitivo as diferenças culturais. Este tipo de apagamento também opera no *Lusiad* de Fanshawe.

¹⁹ Um argumento idêntico pode ser encontrado na versão latina de Fanshawe de *Faithful Shepherdess* de Fletcher, quando ele discute competições culturais entre nações modernas em termos comerciais similares: “Se os portos do inglês graciosamente recebem produtos estrangeiros dos mesmos Guarini e portos estrangeiros que os recebem no dia a dia (falo agora dos escritos e línguas), ao fim, quem proibiria que escritos que podem ser chamados seus ‘cidadãos honorários’ (pois, de fato, a língua latina é a língua do mundo) fossem abertos junto com produtos ingleses? Certamente, se muitos outros poemas divinos estão contidos (presos) na limitação desta Ilha do Norte por conta da peculiaridade de sua língua, deveriam desde o início ser escritos em uma que fosse de maior familiaridade; ou se suas almas podem traduzir a si mesmas em certa medida, com um roubo feliz, em uma transmigração pitagoreana, deveriam ser assim passadas adiante. Não vejo nada que desprezar nas Musas da Inglaterra (sobretudo nas suas Musas dramáticas), seja pela França ou pela Espanha, ou (e nada maior pode ser citado) pela antiga e moderna Itália. Como deixo-me levar, cheio de minha terra nativa!” (tradução do latim para o inglês por Walker em Fanshawe, 1997a, p. 378; no original em latim, p. 240).

anglo-português de 1654 abriu mercados e rotas comerciais portuguesas para os mercadores ingleses. A lógica comercial que Fanshawe aplica à tradução de Lucrécio por Evelyn pode ser usada para entender o escopo de sua apropriação de *Os Lusíadas* para enriquecer a “literariedade” [literariness] da Inglaterra²⁰.

A economia política da tradução implícita na carta de Fanshawe ao seu primo também lembra as diferenças entre as políticas imperiais da Espanha e da Inglaterra, como eram percebidas por seus contemporâneos. Um paralelo pode ser traçado aqui entre os modelos inglês e espanhol de exploração econômica imperial que são ecoados metaforicamente nos seus diferentes pensamentos sobre tradução. Enquanto *Os Lusíadas* havia sido considerado pelos tradutores espanhóis uma mina de ouro, Fanshawe percebe-o como um produto negociável. Os modos gerais de suporte material do império também eram significativamente diferentes, embora ambas as nações tenham respondido a uma lógica mercantilista similar. Para os espanhóis, a economia imperial baseada na exploração maciça da indústria mineira na América fornece a analogia e o léxico para desenvolver as metáforas acerca da apropriação cultural de trabalhos literários. Para os ingleses, por outro lado, o discurso do comércio apoiado pelo Estado como um meio mais efetivo de enriquecimento nacional proveu a arquitetura metafórica para compreender a tradução como uma prática cultural especificamente imperial (PAGDEN, 1995, p. 63–73)²¹.

Para facilitar essa apropriação comercial e política da épica camoniana, um tipo particular de negação era necessário. Na “Dedicatória

²⁰ Apesar de todo o escopo do seu projeto comparatista global não poder ser resumido aqui, *A república mundial das letras* de Casanova fornece um outro paradigma crítico produtivo para entender a atividade de Fanshawe como tradutor. Casanova compreende *literariedade* como um capital linguístico-literário específico associado a uma nação e a uma língua. O crédito literário garantido a uma língua como o inglês por outras nações europeias é aumentado ao se traduzirem bens literários ingleses como *Shepherds Calendar* para o latim, a língua do *Commonwealth of Learning*. Ao mesmo tempo, a *intradução* — como ela chama — do latim ou de outros trabalhos vernaculares modernos para o inglês implica a capitalização de riqueza cultural estrangeira para o aumento dos recursos literários nacionais.

²¹ Alguns anos mais tarde, um anônimo assinando como C.K., “amante sincero e entusiasta da Inglaterra”, forneceu uma comparação reveladora dos dois modos de mercantilismo nacional, ligados à guerra expansionista, que nos permitem compreender as traduções espanhola e inglesa de Camões no contexto da competição imperial europeia: “Pois como o Comércio é uma mina mais rica e mais durável do que qualquer outra no México ou no Peru (...) então em proporção à sua abundância de dinheiro, [uma nação] florescerá no Lar, e será terrível no Além-Mar” (*apud* ARMITAGE, 2000, p. 159).

Epistolar” que abre *The Lusiad or Portugals*, Fanshawe lembra-nos do seu retiro na propriedade do Conde de Strafford em Tankersley e oferece sua tradução ao seu patrono William Wentworth nos seguintes termos:

Quão mais agradecido estou por trazer à Sua Excelência este TESOURO ESCONDIDO, que (quanto à segunda *vida*, ou *existência*, que tem de mim na *língua inglesa*) é tão verdadeiramente um *Nativo* de Yorkshire, e pelo abrigo de Sua Excelência, do momento em que eu comecei, não tendo eu dormido uma única vez fora destes *Muros*? (FANSHAWE 1655, fol. A2v).

Por meio deste renascimento em Yorkshire, Camões recebeu uma “segunda vida” em inglês. O poeta português “tornou-se um inglês”, como seu tradutor mais tarde escreve no mesmo texto, e é “dedicado” ao monarquista William Wentworth. A naturalidade inglesa de Camões autoriza a atividade do tradutor, e isso também facilita a apropriação política específica que Fanshawe está implementando. Além de transformar Camões em um vassalo monarquista fiel, Fanshawe opera o sutil apagamento da língua original e da autoria de *Os Lusíadas*.

O tropo específico usado por Fanshawe para se referir à sua fonte reforça a apropriação, já que ele muito provavelmente está ciente do sentido técnico que “tesouro escondido” [*treasure trove*] tinha na linguagem legal inglesa da época: “‘Tesouro escondido’ seria qualquer quantia em dinheiro, ouro, prata, placa ou lingote encontrada em qualquer lugar e ninguém sabe a quem pertence, então a propriedade portanto pertence ao rei, e é chamada ‘tesouro escondido’, o que significa ‘tesouro encontrado’”²². Mais uma vez, o uso metafórico de Fanshawe desta tecnicidade legal ressoam os discurso e práticas mercantilistas (lingote, metais preciosos, propriedade real). Mas, neste caso, o movimento retórico de Fanshawe desapropria os portugueses de um objeto cultural valioso: a apresentação da sua fonte como um texto sem dono, fortuitamente encontrado e disponível para o serviço do rei, põe em causa a propriedade de *Os Lusíadas* e facilita uma apropriação monarquista inglesa legítima. As

²² *Oxford English Dictionary* refere-se a esta definição do famoso glossário legal de John Rastell *Les termes de la ley*, cuja edição de 1641 citamos (RASTELL, 1641, fol. 259r).

N.T.: Para melhor entendimento, acrescentamos à nota a versão original em inglês da citação: “Treasure trove is when any money, gold, silver, plate or bullion is found in any place and no man knoweth to whom the property is, then the property thereof belongeth to the king, and that is called Treasure trove, that is to say, Treasure found.”

3.

Em 1660, o recém-restaurado Carlos II apressou-se a redesenhar o mapa das alianças políticas internacionais, o que provocou um reajuste importante nas relações entre Inglaterra, Espanha e Portugal. Os esforços dos Bragança para casar a filha de D. João IV, Catarina de Bragança, com o novo rei britânico enfim frutificaram, apesar da feroz campanha espanhola contra a união (VALLADARES, 1998, p. 171-199). Os portugueses só obteriam o apoio inglês, entretanto, a um preço extremamente alto estabelecido pelo novo tratado de 1661 entre os dois monarcas. Esse tratado, na verdade, instaurou a vitória diplomática cromwelliana de 1654, estendendo os privilégios garantidos aos ingleses naquele acordo. Mas o ano de 1661 teria consequências ainda mais abrangentes, já que o dote fantástico de Catarina incluiu, além da maior quantia em dinheiro envolvida em uma transação do tipo, a transferência para os ingleses das cidades portuguesas de Tânger e Mumbai. Esta seria a porta de entrada da expansão imperial britânica para a Índia.

A pessoa a comandar o “casamento português” foi, na verdade, Sir Richard Fanshawe²⁶. Carlos II o apontou como “Enviado Extraordinário” ao novo rei de Portugal, D. Afonso VI, irmão de Catarina, e o enviou a Lisboa em 1661 com a missão de “agilizar a entrega do dote extremamente valioso de Catarina [...] para mediar, em nome de Carlos, a guerra continuada entre Portugal e Espanha e proteger os interesses das tropas inglesas lutando no lado português” (WALKER; LINDELL, 1990, p. 134). Durante sua estadia em Lisboa, ele visitou o English College, fundado por Felipe II no século XVI, onde seminaristas ingleses eram instruídos no sacerdócio católico.

A exumação definitiva de Camões foi quase literal. Para celebrar a presença da Fanshawe no Colégio e sua missão diplomática em Portugal, os alunos escreveram e apresentaram o *Verses Spoken in the Library of the English College by two students (one whereof represented the Genius of Camoens) to Sir Richard Fanshaw Envoy Extraordinary from his Majestie of great Britaine to the Court of Portugall &c* [*Versos Declamados na Biblioteca do Colégio Inglês por dois alunos (um dos quais representou o Gênio de Camões) ao Sir Richard Fanshawe, Enviado Extraordinário de sua Majestade da Grã-Bretanha à Corte de*

²⁶ Fanshawe foi chamado para o serviço do rei em diversas missões diplomáticas durante a década de 1660. Walker (1997, p. 586) apontou que *The Lusiad*, sem dúvida, teve “um profundo efeito na sua carreira pública pelo resto de sua vida. Carlos e seus conselheiros naturalmente tomaram *The Lusiad* como um indicativo de que ele, provavelmente único na corte, de fato sabia português”.

Portugal &c]²⁷. O argumento bastante surpreendente desta minúscula peça teatral condensa de uma maneira particularmente intensa diversos aspectos de *The Lusiad* de Fanshawe que discutimos até agora.

O Gênio de Camões, representado por este estudante, vem do seu "mausoléu" na Igreja de Sant'Ana em Lisboa para encontrar e elogiar o seu renomado tradutor. Um outro aluno, representando a si mesmo, recebe o Gênio com muita admiração:

| | |
|---|--|
| Estou surpreso! O que vejo | I am surpriz'd! What doe I see |
| Camões o Grande? Não, não pode ser | Camoens the Great? no t'cannot bee |
| O tempo roubou muito do seu cabelo | Time stole most of his hayre away |
| E tingiu sua barba de um cinza velho, | And dye'd his beard a hoary gray, |
| A Idade Fria nunca congelou sobre sua Coroa | Chil Age ne'er frosted o're your Crowne |
| Nem a primavera adornou seu queixo | Nor Spring adorn'd your Chin with downe |
| Um olho ele perdeu em guerras sangrentas, | One eye he lost in bloody warrs, |
| Vosso rosto agraciado com duas estrelas gêmeas, | Your forehead's grac'd with two twin starrs, |
| Nosso dialeto lhe era desconhecido, | To him our <i>Dialect</i> was unknowne, |
| Ainda assim vós o pronunciais como seu próprio, | Yet you pronounce it as your owne |

(FANSHAWE, 1997b, p. 574)

O estudante atônito recebe uma explicação para a visita do poeta português falante de inglês. O Gênio reconhece Fanshawe “por conta do sagrado Louro em sua cabeça”²⁸ e dirige-se a ele para declarar “quão alegremente estou mudado desde que pela sua pena / Resgatado da morte vejo o mundo envelhecer” (FANSHAWE, 1997b, p. 574). A saudação alegre de Camões é representada como o encontro cortês entre dois cavalheiros. O objetivo óbvio desta representação doméstica é dar as boas-vindas ao enviado inglês ao Colégio, e isso portanto reproduz códigos sociais de interações diplomáticas e comportamento cortês entre homens educados. Ainda assim, a natureza humilde, quase submissa, do elogio de Camões ao inglês desestabiliza mais uma vez nossa noção de autoria quando a tradução está envolvida, já que implica a inversão do que o leitor esperaria que fossem as relações hierárquicas naturais entre autor e tradutor. Na voz de Camões, na verdade, o elogio ao próprio poema pode definitivamente se tornar um reconhecimento bizarro de inferioridade cultural:

²⁷ O manuscrito *Verses...* foi encontrado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra por Bullough, que o editou pela primeira vez para acompanhar sua edição de *Lusiad* de Fanshawe (p. 349-352). Apoiamo-nos na reimpressão mais recente de Davidson (FANSHAWE, 1997b, p. 573-576).

²⁸ Como parte da performance, Fanshawe parece ter sido de fato coroado como poeta laureado, de acordo com a oração de John Salterus (WALKER; LINDELL, 1990, p. 132).

entre línguas, culturas e nações se torne mais aparente nos textos acima comentados, eles não estão apenas *revelando* essa assimetria, mas também a *produzindo* ao privar Portugal de qualquer autoridade cultural. Os intercâmbios literários facilitados pela tradução produzem modificações importantes nos valores associados à produção cultural de uma determinada nação e, portanto, na legitimidade cultural de suas reivindicações políticas. Consequentemente, a tradução torna-se um lugar problemático na luta por hegemonia política e cultural. Assim, *The Lusiad* de Fanshawe participa de processos históricos complexos envolvidos no profundo rebalanceamento de hierarquias políticas e culturais entre Espanha, Portugal e Inglaterra em meados do século XVII³⁰.

Os próprios “Versos” no Colégio Inglês tornam-se uma alegoria desta mudança internacional. Ao longo do poema, Camões transforma seu elogio em uma alegre celebração do casamento de Carlos e Catarina, cujo eventual sucesso estava nas mãos de Fanshawe. O Embaixador inglês em Portugal “traz / Alegrias à melhor das Rainhas / do melhor dos Reis” (FANSHAWE, 1997a, p. 575)³¹, cujos presentes e virtudes são louvados de modo totalmente epitalâmico. Fanshawe foi chamado por Camões a “trinar um doce *Epithalamium* / ao *Par Real* elevando-se mais / da fúria dos Poetas à escritura dos Profetas / Desenrolando os bons, ainda que sombrios, decretos do *Destino* / e ali lendo Núpcias deveras fortuitas” (FANSHAWE, 1997a, p. 575)³². O que a canção nupcial presumivelmente profetiza, além do casamento em si, é o longo período de cooperação militar, política e econômica anglo-portuguesa, como acordado pelo tratado de 1661 entre as duas dinastias reinantes. A aliança, que a Inglaterra havia construído cuidadosamente, modifica dramaticamente os objetivos e desígnios da política internacional de Portugal, Espanha e Inglaterra.

Com os versos findados, Camões retorna ao seu túmulo na Igreja de Sant’Ana, em Lisboa, e em 1666 Fanshawe morre em Madri, tendo

³⁰ Durante o último quarto do século XVI, a cultura elisabetana era profundamente marcada pelo “*status* incerto do inglês vernacular”, e desta forma “a tradução oferece um meio de remediar este complexo de inferioridade cultural” (CAMPOS, 2007, p. 75). Após várias décadas de expansão territorial e cultural inglesa através da tradução, o *Lusiad* de Fanshawe envolve-se em uma operação de outra ordem: a negação da autoridade cultural portuguesa e a afirmação da superioridade inglesa.

³¹ No original, em inglês: “brings / Joys to the best of Queens from the best of Kings”.

³² No original, em inglês: “warble a sweet *Epithalamium* / Unto the *Royall Paire* then mounting higher / From Poets fury to the Prophets quire / Unrowle the good yet darke decrees of *Fate* / And read there Nuptialls truly fortunate”.

fracassado em sua última missão diplomática: a paz entre Portugal e Espanha sob a tutela inglesa, que só seria alcançada pelo Conde de Sandwich em 1668 (VALLADARES, 1998, p. 201-221; DAVIES, 1977, p. 99-101). Uma Castela exausta e derrotada enfim reconheceria seu fracasso em recuperar Portugal, que havia sido apoiado pela Inglaterra em sua guerra contra os Habsburgos.

Assim, a atividade literária de Fanshawe como tradutor está inequivocamente ligada à sua missão política e diplomática. A performance no Colégio Inglês prepara a transferência do domínio sobre Portugal da Espanha para a Inglaterra³³. O tratado de 1661 que garantira o vínculo entre as casas reais de Portugal e Inglaterra incluía a abertura completa do império português ao comércio britânico e, ainda mais importante, a cessão de Mumbai. *Os Lusíadas* haviam narrado a descoberta e posterior expansão imperial de Portugal pelo Estado da Índia, onde Mumbai era de crucial importância militar e econômica. Os estudantes do Colégio Inglês invocaram o fantasma de Camões, o poeta epítome do império português oriental, para cantar humildemente a união luso-inglesa que eventualmente levaria à queda do domínio português sobre o Oceano Índico e o alvorecer do comando inglês sobre o comércio na Índia e no mundo. Além disso, eles estavam preparando a transferência de *Os Lusíadas* de seus antigos donos espanhóis para os novos proprietários legítimos. Camões, “um Poeta a quem os portugueses admiram / e os espanhóis o desejam” (FANSHAWE, 1997b, p. 573), seria enfim tomado pelos ingleses³⁴.

4.

O anseio espanhol pela épica camoniana havia dado origem a diversas traduções no último quarto do século XVI, quando *Os Lusíadas* deveria ser o poema da nova Hispânia unificada e do império universal dos

³³ Walker (1997, p. 156-157) oferece uma análise aprofundada de um conjunto de textos escritos por Fanshawe em uma de suas embaixadas em Portugal entre os anos de 1661 e 1663, em que o tradutor se concentra no brasão d’armas português. Ao mesmo tempo em que ele separa as *quinas* portuguesas do brasão de Habsburgo, Fanshawe cerca o escudo lusitano com a insígnia da Ordem da Jarreteira inglesa medieval, simbolizando a nova aliança anglo-portuguesa (ver também FANSHAWE, 1997b, p. 658-659).

³⁴ Apesar de Bullough ter lido corretamente “A quem Portugal admira / e a Espanha *deseja*”, Davidson transcreve “A quem Portugal admira / e a Espanha *admira*” (FANSHAWE, 1997b, p. 573). Agradecemos ao bom amigo Docéu Vilar, que gentilmente verificou o manuscrito 3096 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra para resolver esta questão textual.

Habsburgos englobante das Índias tanto Orientais quanto Ocidentais. Em 1655, Fanshawe transformou em uma épica monarquista e produto negociável um poema que ele percebeu como bem cultural e político português fundamental. E, alguns anos depois, um espectro de Camões cansado e falante em inglês preparou em Lisboa a submissão política de Portugal à Inglaterra e a rendição de um império cuja fundação o poeta havia celebrado em sua época. Em 1664, os renovados interesse e vigência de assuntos portugueses e indianos após o casamento real anglo-português gerariam uma segunda edição da tradução de Fanshawe. Em 1668, Mumbai seria arrendada por Carlos II para a Companhia das Índias Orientais, e sob seu controle estaria a partir de então (PAGDEN, 1995, p. 133).

No *annus mirabilis*³⁵ de 1776, William Julius Mickle, funcionário da Companhia das Índias Orientais, fez uma tentativa de nova tradução de *Os Lusíadas*, modificando significativamente tanto o título de Camões quanto o de Fanshawe: *The Lusiad or The Discovery of India, an Epic Poem* [*Os Lusíadas ou A Descoberta da Índia, um Poema Épico*]. O tradutor acrescentou uma longa introdução consistindo em uma apologia ao comércio, junto a um estudo das descobertas de Portugal iniciadas pelo príncipe Henrique e uma história colonial da Ásia portuguesa. Da perspectiva histórica fornecida pelos quase três séculos de expansão colonial europeia, Mickle escolheu destacar a centralidade que a viagem de Vasco da Gama à Índia e a épica de Camões a seu respeito eventualmente obteriam na história colonial inglesa, como ele afirma nas primeiras linhas de sua introdução: “Se a concatenação de eventos centrados em uma grande ação, eventos estes que deram origem ao presente Sistema Comercial do Mundo, se estes são de primeira importância na história civil da humanidade, *Os Lusíadas*, dentre todos os poemas, desafia a atenção do Filósofo, do Político e do Cavaleiro” (MICKLE, 1776, fol. i). De fato, ele não teve problemas em considerar *Os Lusíadas* “o poema épico do comércio”, assim como *Paraíso Perdido* era “o poema épico da religião”³⁶. Talvez ainda mais curiosamente,

³⁵ N.T.: A expressão *annus mirabilis*, do latim, significa “ano de grandes feitos”, ou ainda “ano de acontecimentos extraordinários ou felizes”, implicando um “ano formidável ou admirável”.

³⁶ O modelo explanatório de Helgerson (1992, p. 157) para *Os Lusíadas*, baseado na oposição entre o que ele considera os objetivos mercantilistas da viagem histórica de Vasco da Gama e “o *ethos* cruzadístico de um barão cristão” que o poema deveria representar, está em conflito com a leitura de Mickle: “Como, perguntamo-nos, poderia qualquer leitor de Camões, ainda mais um tradutor, não o entender?” (HELGERSON, 1992, p. 190). A interpretação de Mickle será apenas uma “má interpretação maravilhosamente apta de Camões” (HELGERSON, 1992, p. 190), entretanto, apenas se aceitarmos a descrição de Helgerson de *Os Lusíadas* como negação abstrata do comércio e exaltação

Mickle traça uma genealogia portuguesa para o império comercial britânico, como ele enfatiza: “os presentes gloriosos que o espírito do Comércio, despertado pelo príncipe Henrique de Portugal, concedeu à Europa em geral; e, como se dirigido pelas madeixas de sua mãe, a filha da Inglaterra, concedeu ao império britânico em particular” (MICKLE, 1776, fol. xv)³⁷. Mickle deliberadamente tenta traçar uma clara continuidade entre os impérios português e inglês na Índia, onde o último legitima o seu domínio colonial através do discurso tradicional de melhora:

A superioridade das artes civis e militares dos ingleses, não obstante o caráter odioso de alguns indivíduos, é hoje observada na Índia com todo o espanto de admiração, e todo o desejo de imitação.

Isso, apesar de atrasado por várias causas, deve em tempo ter um efeito de extrema importância, deve cumprir a profecia de Camões e transferir aos ingleses o alto elogio que ele presta aos seus conterrâneos;

Sob o seu domínio majestoso, sábio e brando,
Orgulhosa das leis de seu vencedor, três vezes mais feliz, a Índia sorriu. (MICKLE, 1776, fol. viii)

Uma vez que Portugal perdeu todo o comando político e econômico sobre o Oceano Índico, *Os Lusíadas*, ao invés de épica emblemática da nação portuguesa e seu império, tornou-se uma profecia preparatória de um

de valores feudais aristocratas. Helgerson (1992, p. 157) reconhece que o poema também mostra exemplos do comércio como uma atividade enobrecedora, mas eles vão, de acordo com ele, contra “o espírito geral do poema”; e atribui essa contradição “à própria subjetividade em intenso conflito de Camões”, que é “a medida da distância entre Portugal factual e seu ideal heróico” (HELGERSON, 1992, p. 158). Apesar da leitura inteligente e influente de Helgerson merecer mais atenção do que lhe podemos dedicar aqui, é importante destacar que no Portugal quinhentista a oposição muito provavelmente não se dava tanto entre as nobres cruzadas cristãs e o interesse comercial básico quanto entre aqueles que desejavam que empreendimentos de comércio de pequena escala permanecessem nas mãos particulares de alguns nobres e aqueles que apoiavam o capitalismo monárquico de D. Manuel e uma expansão colonial mais abrangente (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 228). O comércio em Portugal teria sido tanto uma questão de império quanto de lealdade ao rei ou expansão da fé cristã. Portanto, a caracterização de Mickle de *Os Lusíadas* como um poema do comércio, que Walker considera também “um grande desserviço” a Camões (WALKER, 1997, p. 580), pode não estar de todo errada.

³⁷ A mãe de Henrique, o Navegador, foi na verdade Filipa de Lencastre, filha de João de Gante. Mickle (1776, fol. viii) também atribui ao príncipe Henrique a origem definitiva das colônias britânicas na América: “das consequências do gênio de Henrique, Duque de Viseu, foi que o império anglo-americano surgiu, um império que muito provavelmente será um dia a glória do mundo”.

império britânico aprimorado no subcontinente. A visão de Camões de um governo colonial perfeito na Índia só pode ser realizada pelos ingleses, como ele havia “previsto em vão a queda do império [português]” (MICKLE, 1776, fol. xcv), e “a corte espanhola”, durante os reinados dos reis Habsburgos, “completou a ruína do império oriental [português]” (MICKLE, 1776, fol. c). A história da decadência portuguesa e da ascensão inglesa na Ásia, fabricada por Mickle através da sua introdução, transforma *Os Lusíadas* em uma narrativa visionária de *translatio imperii*³⁸ a serviço dos britânicos. A maneira inequívoca como Mickle assume a posse inglesa da épica camoniana, então, será pouco surpreendente: “Aos Cavalheiros da Companhia das Índias Orientais, que são apoiadores, o tradutor oferece seu agradecimento especial; e com prazer ele lhes assegura que o seu desejo de ver um poema épico, especialmente seu, em inglês, muito o encorajou no processo de seu trabalho laborioso” (MICKLE, 1776, fol. cliii). De fato, os acionistas da Companhia das Índias Orientais foram contribuintes e homenageados pela nova versão de Mickle da épica. Na segunda metade do século XVIII, os britânicos não viam mais a história de conquista e colonização da Índia de *Os Lusíadas* como um assunto português, mas seu³⁹.

Luís de Camões foi repetidamente ressurreto após a sua morte por diversos escritores espanhóis e ingleses, que começaram a fazer uso lucrativo da sua poesia bem antes das celebrações e da historiografia nacionais do século XIX o tornarem o monumento nacional que é hoje. Camões, o poeta que ao fim veio a representar Portugal e seu império como nenhum outro, havia sido, na verdade, um produto duramente disputado por diversas nações e poderes imperiais europeus. Ele finalmente se tornaria o poeta português exemplar que conhecemos desde as comemorações de 1880 lideradas por Teófilo Braga, quando os supostos restos de Camões foram solenemente desenterrados e acompanhados por uma parada popular até o Mosteiro dos Jerônimos, onde ele descansaria

³⁸ N.T.: A expressão *translatio imperii*, do latim, significa “transferência de poder”, como a passagem do domínio de um imperador a outro. O termo está relacionado a uma ideia de linearidade do tempo e da história.

³⁹ Durante o século XIX, no auge do “segundo imperialismo” britânico na Índia (ARMITAGE, 2000, p. 2-3), “nada menos do que sete outras traduções inglesas de *Os Lusíadas* foram publicadas” (WALKER, 1997, p. 587).

desde então, ao lado do túmulo de Vasco da Gama, como um incontestável poeta de Portugal.⁴⁰

Em um contexto de rivalidade imperial e intensa contestação cultural na Europa, a tradução torna-se uma prática privilegiada na disputa por capital literário e hegemonia política. A competição imperial dá-se não só no campo de batalha ou no comércio, mas também em um *Commonwealth of Learning* turbulento que não é mais um espaço pacífico de intercâmbio humanístico, mas de luta furiosa. Através da análise de diferentes textos, mostramos como significados diversos são produzidos e atribuídos a *Os Lusíadas*, variando da incorporação da épica ao projeto de concepção global hispânica dos Habsburgo à transformação na épica do império comercial mundialmente abrangente da Inglaterra. Para escrever a história da recepção de *Os Lusíadas*, precisamos levar em conta a complexidade da sua circulação transnacional e a posição histórica dos conflitos por seu significado e posse. Uma história de usos plurais, apropriações e representações de textos icônicos tais quais a épica portuguesa é especialmente relevante ao abordar as guerras políticas e culturais entre poderes imperiais europeus no início da era moderna.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Dámaso. “La recepción de *Os Lusíadas* en España (1579–1650)”. In: ALONSO, Dámaso. *Obras completas*. V. 3. Madrid: Gredos, 1974, p. 9-40.
- ANASTÁCIO, Vanda. “Leituras potencialmente perigosas: reflexões sobre as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* no tempo da União Ibérica”. *Revista Camoniana*, n. 15, p. 159-178, 2004.
- ANASTÁCIO, Vanda. “*El Rei Seleuco*, 1645 (Reflexões sobre o ‘corpus’ da obra de Camões)”. *Península*, n. 2, p. 327-342, 2005.
- ARMITAGE, David. *The Ideological Origins of the British Empire*. New York: Cambridge UP, 2000.
- ASENSIO, Eugenio. “La fortuna de *Os Lusíadas* en España (1572–1672)”. In: ASENSIO, Eugenio. *Estudios portugueses*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, p. 303-324.

⁴⁰ As comemorações de 1880, no cerne do movimento republicano democrático liderado por Teófilo Braga, transformou Camões em um ícone republicano e teve o objetivo de desencadear uma “vivificação” regenerativa da nação portuguesa (CABRAL, 1973).

- MARTÍN ABAD, Julián. *La imprenta en Alcalá de Henares: 1502-1600*. 3 vols. Madrid: Arco Libros, 1991.
- MICKLE, William Julius. *The Lusiad or the Discovery of India, an Epic Poem*. Oxford: Jackson, 1776.
- MONGUIÓ, Luis. *Sobre un escritor elogiado por Cervantes. Los versos del perulero Enrique Garcés y sus amigos (1591)*. Berkeley: Univ. California Press, 1960.
- PAGDEN, Anthony. *Lords of all the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c.1500-c.1800*. New Haven: Yale UP, 1995.
- PRESTAGE, Edgard. “The Treaties of 1642, 1654, and 1661”. In: PRESTAGE, Edgard (ed.). *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*. Westport: Greenwood, 1971, p. 130-151.
- RASTELL, John. *Les termes de la ley*. London: John Beale, 1641.
- SIDERI, Sandro. *Trade and Power: Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*. Rotterdam: Rotterdam UP, 1970.
- SMITH, Nigel. *Literature and Revolution in England, 1640-1660*. New Haven: Yale UP, 1994.
- SOUSA, Manuel de Faria e. *Lusiadas de Luis de Camoens, principe de los poetas de España. Al Rey N. Señor Felipe Quarto, el grande*. Comentários de Manuel de Faria e Sousa. Madrid: Juan Sánchez, 1639.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Career and Legend of Vasco da Gama*. New York: Cambridge UP, 1997.
- VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal: guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica, 1640-1680*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998.
- VÁSQUEZ CUESTA, Pilar. “O bilinguismo castelhano-português na época de Camões”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, n. 16, p. 807-827, 1981.
- VENUTI, Lawrence. “The Destruction of Troy: Translation and Royalist Cultural Politics in the Interregnum”. *Journal of Medieval and Renaissance Studies*, v. 23, n. 2, p. 197-219, 1993.
- WALKER, Roger M. “General note”. In: DAVIDSON, Peter (ed.). *The Poems and Translations of Sir Richard Fanshawe*. 2 vols. Oxford: Clarendon, 1997, p. 579-590.
- WALKER, Roger M. “Sir Richard Fanshawe’s *Lusiad* and Manuel de Faria e Sousa’s *Lusiadas Comentadas*: New Documentary Evidence”. *Portuguese Studies*, n. 10, p. 44-64, 1994.
- WALKER, Roger M; LIDELL, W. H. “‘Mercurius Anglus’: Sir Richard Fanshawe’s Reception as Ambassador in Lisbon”. *Portuguese Studies*, n. 6, p. 126-137, 1990.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford UP, 1977.

Tradução: Marina Gialluca Domene
Revisão da tradução: Carlos Gontijo Rosa

Recebido em 28 de julho de 2022
Aprovado em 12 de janeiro de 2023

Licença: 

Miguel Martínez

Catedrático de Literaturas Hispânicas na Universidade de Chicago. Autor de *Front Lines. Soldiers' Writing in the Early Modern Hispanic World* (University of Pennsylvania Press, 2016), *Comuneros. El rayo y la semilla (1520-1521)* (Hoja de Lata, 2021), e editor da *Vida y sucesos de la Monja Alférez* de Catalina de Erauso (Castalia, 2021).

Contato: martinezm@uchicago.edu

 <https://orcid.org/0000-0002-9937-4189>

Marina Gialluca Domene

Doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de São Paulo. Bacharel em Letras Português-Inglês e Mestre em Literatura Brasileira pela mesma Universidade.

Contato: marinagialluca@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7471-5928>